

GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A.

CNPJ: 39.404.421/0001-13

Relatório da Administração. É com satisfação que apresentamos os resultados do ano de 2024 da GDL TRANSPORTES E ARMAZENS GERAIS S.A. O ano, para a Companhia, apresentou a consolidação das operações de veículos, resultado da crescente importação de veículos elétricos. Já na carga geral, o mercado se manteve semelhante aos anos anteriores onde os armazéns de carga geral mantiveram-se cheios, com alta rotatividade. O GRUPO GDL conta com uma área de 1.000.000 m² com mais de 60.000 m2 de armazéns cobertos. Tal operação possibilita a captura de sinergias na exploração local das atividades de armazenagem e logística, resultando em uma Companhia mais competitiva e enxuta, preparada para enfrentar a concorrência em condições mais vantajosas. Comunicamos outro assim, que permaneceremos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

ATIVO	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	561	1.034
Clientes e outras contas a receber	7	24.920	20.039
Adiantamento a fornecedores		1.037	417
Partes Relacionadas	23	6.440	13
Almoxarifado		133	34
Impostos a recuperar	8	3.290	1.207
Estoque para revenda		115	281
Despesas antecipadas	9	2.145	1.015
		38.641	24.404
Não circulante			
Depósitos judiciais	17	74	74
IRPJ e CSL diferidos	22	1.326	483
Imobilizado	10	16.336	5.236
Intangível	11	3.258	3.069
		20.994	8.862
		59.635	32.902

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais). 1. **Contexto operacional:** A GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, que adota o nome fantasia GDL. A Companhia foi constituída em fevereiro de 1993 e iniciou suas atividades em março de 1995. Sua operação principal é a movimentação e armazenagem afiançada de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, destinadas ou provenientes de transporte internacional, operando como Centro Logístico e Industrial Aduaneiro – CLIA. A Companhia possui licença da Secretaria da Receita Federal do Brasil para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro por prazo indeterminado, conforme dispõe o Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 19 de 31 de julho de 2013. Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia fez uma cisão parcial com versão do patrimônio cindido para a BCD F e JR Participações S.A. Em 08 de janeiro de 2018, a Companhia foi objeto do Acordo de Associação entre a Tegma Gestão Logística S.A. e a BCD F e JR Participações S.A. ("Holding Silotec"), para a criação da joint venture GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL"), unindo as atividades de armazenagem e movimentação de mercadorias desenvolvidas em Cariacica-ES, e pela Companhia de Transportes e Armazéns Gerais ("Silotec"), subsidiária integral da Holding Silotec. Em 18 de maio de 2021, a Companhia alterou a razão social para GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. para seguir o padrão do nome criado na joint venture. 2. **Resumo das principais práticas contábeis:** 2.1. **Base de preparação.** As demonstrações contábeis foram preparadas pela Diretoria da Companhia, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresas de pequeno e médio porte (CPC PME), conforme emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 26 de junho de 2025 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. 3. **Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. 3.2. **Instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting.** A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, não tinha derivativos e consequentemente hedge accounting. 3.3. **Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decorso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa quando requerida. A Companhia avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada. A Companhia considera suas avaliações a abordagem de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em contas a receber de clientes, fundamentado no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes. 3.4. **Despesas antecipadas.** As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmio de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos seguros. 3.5. **Imprecisações.** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	2024	2023
Edificações	25	25
Computadores e periféricos	5	5
Instalações	10	10
Veículos	5	5
Máquinas e equipamentos	5 a 10	5 a 10
Benefitórias em propriedade de terceiros	4 a 10	4 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10	5 a 10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Cabe ressaltar que não ocorreram mudanças entre os exercícios sociais 2024 e 2023. Os ganhos e as perdas de alterações são determinados pela comparação entre o valor de venda com o valor residual do ativo e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado. 3.6. **Intangível.** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares, custos necessários para colocá-los em uso. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis exclusivos e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis, caso os critérios de reconhecimento sejam atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimável. A taxa de amortização utilizada é de 5 anos (20%). 3.7. **Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros "impairment".** Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Dessa forma, se evidenciada perda decorrente de eventos, cujo resultado proporcione valor contábil do ativo inferior ao seu valor recuperável, é constituída provisão de impairment contra o resultado. 3.8. **Fornecedores.** Os saldos a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar aos fornecedores são apresentados como passivo não circulante. 3.9. **Salários e encargos sociais a pagar. (i) Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviços passados prestados pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Benefícios pós-emprego.** A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego da Companhia. 3.10. **Imposto de Renda e Contribuição Social. a. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes.** O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. **b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deve de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. 3.11. **Receita líquida dos serviços prestados.** A Companhia presta serviços com foco nas áreas de gestão logística e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo. A receita de prestação de serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. 4. **Gestão de risco financeiro e instrumento financeiros:** 4.1. **Considerações gerais e políticas.** Os riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Conselho. 4.2. **Fatores de risco financeiro.** As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados

Nota Explicativa	2024	2023
Fornecedores	12	5.304
Partes Relacionadas	23	7.417
Emprestimos	13	2.183
Obrigações trabalhistas	14	1.886
Obrigações tributárias	15	3.161
Adiantamentos de clientes		481
Outros créditos	16	3.531
Indenizações		5
IRPJ e CSLL s/diferenças temporárias	22	4.569
		28.532

2024	2023	
Emprestimos	13	7.221
Provisão para contingências	17	84
Outras provisões		9
		7.314

2024	2023	
Capital social	17.278	1.873
Reserva legal	704	375
Reserva de lucros	5.807	7.357
	23.789	9.605

2024	2023	
	59.635	32.902

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.873	375	8.675	7.382	10.923
Resultado líquido do exercício	-	-	7.382	(7.382)	-
Transferido para reserva de lucros	-	-	(8.700)	-	(8.700)
Dividendos distribuídos	-	-	(3.257)	-	(3.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.873	375	1.318	9.605	13.171
Mutações no período					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.873	375	7.357	6.579	9.605
Resultado líquido do exercício	-	-	-	6.579	6.579
Transferido para reserva de lucros	-	-	6.250	(6.250)	-
Incorporação ao Capital Social	-	-	-	-	-
Dividido para reserva legal	-	329	-	(329)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(7.800)	-	(7.800)
Aumento Capital	15.405	-	-	-	15.405
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.278	704	5.807	23.789	23.789
Mutações no período	15.405	329	(1.550)	14.184	14.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. (i) **Risco de mercado.** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. (ii) **Risco cambial.** Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida direta que impactasse nas demonstrações contábeis. (iii) **Risco de taxa de juros.** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo, quando o risco de crédito de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota Explicativa nº 7). O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	561	1.034
Contas a receber (Nota Explicativa nº 7)	24.920	20.039

	31/12/2024		31/12/2023	
Ativos	Ativos no custo	Valor justo por meio do resultado	Ativos no custo	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	561	-	1.034	-
Contas a receber	24.920	-	20.039	-
Adiantamento a fornecedores	1.037	-	417	-
	26.518	-	21.490	-
	2024	2023		
Passivos				
Fornecedores	5.304	2.021		
Emprestimos	9.404	53		
	14.708	2.074		

4.3. **Análise de sensibilidade.** A Companhia não está mais realizando captações de recursos com terceiros. 4.4. **Gestão de capital.** Os objetivos da gestão de capital da Companhia é de assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições financeiras a fim de manter relação de capital ótima para salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, assim como manter uma estrutura de capital ideal para otimização desse custo. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, entre outros. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras). Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim sumarizados:

Descrição	2023	2023
Caixa e equivalentes de caixa	561	1.034
	23.789	9.605
	24.350	10.639

5. **Estimativas e premissas contábeis críticas.** A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir: a) **Ativos fiscais diferidos.** O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Diretoria quando da definição da necessidade de registrar o não o montante do ativo fiscal diferido. b) **Provisões para riscos processuais.** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, civis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Diretoria acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. 5.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. a) **Alterações na norma IAS 1/CPIC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis.** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período. • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; e • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis. No entanto, a classifica-

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	19	82.308	69.545
Custos incidentes	20	(61.936)	(47.895)
Lucro bruto		20.372	21.650

	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas, comerciais e gerais	20	(9.461)
(=) Lucro líquido antes do resultado financeiro		10.911
Receita financeira	21	128
Despesa financeira	21	(769)
Resultado antes dos impostos incidentes		10.270
Contribuição social	22	229
Imposto de renda	22	(193)
Contribuição social diferida	22	(929)
Imposto de renda diferido	22	(2.798)
(=) Lucro líquido do exercício		6.579
(=) Resultado líquido do exercício		6.579
Lucro por ação		3

	2024	2023
Lucro do líquido exercício	6.579	7.382
Total de resultados abrangentes para o exercício	6.579	7.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. fndos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

ção de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. b) **Alterações na norma IFRS 16/CPIC 06 R2 Arrendamento.** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPIC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso referido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras. c) **Alterações na IAS 7/CPIC 03 (R2) e IFRS 7/CPIC 40 (R1).** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. 5.2. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) **Alterações na IAS 21/CPIC 02 (R2)** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; b) **Alterações na IFRS 7/CPIC 40 (R1) e IFRS 9/CPIC 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; c) **Alterações na IFRS 7/CPIC 40 (R1) e IFRS 9/CPIC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPIC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e) **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	3	3
Itaú	508	985
Bradesco	48	-
Santander	2	5
Aplicações Financeiras (*)	-	41
	561	1.034

(*) As aplicações financeiras correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates. 7. **Clientes e outras contas a receber**

	2024	2023
Clientes	14.583	13.052
Outras contas a receber	448	229
Provisão de Receita com Clientes	12.167	8.963
Provisão para perda de crédito esperada	(2.296)	(2.205)

GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. CNPJ: 39.404.421/0001-13									
		2024	2023			2024	2023		
Com pessoal		(32.548)	(28.101)	Juros e IOF s/empréstimos		(646)	-	Passivo circulante	
Aluguel (*)		(17.886)	(9.592)	PIS/COFINS/IOF s/receita financeir a		(20)	(15)	Imposto de renda diferido s/diferenças temporárias	1.209
Depreciações e amortizações		(1.900)	(1.152)	Outras		(3)	-	Contribuição social diferida s/diferenças temporárias	3.360
Viagens		(169)	(265)	Receitas/(despesas) financeiras, líquidas					4.569
Comunicação		(177)	(139)	22.1. Reconciliação da despesa de					
Impostos e Taxas		(232)	(137)	Imposto de Renda e da Contribuição Social					
Manutenção e conservação		(2.087)	(1.317)			2024	2023		
Energia, Água e Esgoto		(484)	(968)	Lucro antes do IRPJ e CSLL		10.270	11.164		
Seguro		(2.590)	(1.286)	Exclusões prov.receitas de serviços		(3.224)	(4.295)		
Informática		(3.879)	(2.958)	Outras exclusões e adições		(10.716)	7.841		
Custo direto na operação		(2.702)	(1.757)	Lucro ajustado		(3.670)	14.710		
Avárias		(420)	(6.878)	Compensação com prejuízo fiscal		-	-		
Serviços Terceiros (**)		(6.303)	(3.508)	Lucro Real		(3.670)	14.710		
Receita Líquida de Aluguel/outras		819	637	Incentivo PAT		-	88		
Outros		(839)	(990)	Patrocínio projetos culturais e artísticos		-	39		
		(71.397)	(58.411)	Imposto calculado c/base em alíquota vigentes		36	(4.805)		
21. Resultado financeiro líquido									
Receita financeira									
		2024	2023			2024	2023		
Descontos obtidos		2	5	IRPJ e CSLL diferido s/prejuízo fiscal		1.326	-		
Juros ativos		40	32	IRPJ e CSLL diferido s/diferenças temporárias		(5.053)	1.023		
Juros de aplicação financeira		86	91	22.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos					
		128	128			2024	2023		
Despesa financeira									
Juros		(12)	(13)	Imposto de renda diferido s/diferenças temporárias		408	355		
Despesas bancárias		(86)	(69)	Contribuição social diferida s/diferenças temporárias		918	128		
Varição cambial passiva		(2)	(1)			1.326	483		

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Ao Quotista da GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. Vitória - ES. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDL Transportes e Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são

clientes têm valores ajustados ao risco de perda de crédito, apresentando saldos contábeis em linha com sua realização. (Nota Explicativa nº 7). **Fornecedores:** os saldos a pagar de fornecedores têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis (Nota Explicativa nº 12). **25. Seguros (não auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e operações sujeitas a riscos por montantes considerados pela Diretoria como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Para todas as importações realizadas pela Companhia são contratados seguros, que possuem coberturas que variam em conformidade com o valor da carga importada. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **26. Benefícios a empregados:** A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Empresa oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação. **27. Eventos Subsequentes:** Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

JULIANA ROQUE DE CAMPOS - DIRETORA
CPF/MF: 167.591.968-21
MARCELINO CARNEIRO DA CUNHA - CONTADOR
CRC/ES: 011035/O-4

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Vitória, 26 de junho de 2025. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.** - CRC 2 ES 004955/F-4, Marcos Aurélio Cardoso Figueiredo - Contador CRC 1 RJ 126663/O-2 - S - ES.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 03/09/2025**
 Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
 Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

9777 GDL TRANSPORTES - BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 9777



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

03 set. 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 9777

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2025-09-03T00:01:18-03:00

03 set. 2025, 00:01:18 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-09-03T00:01:18-03:00

03 set. 2025, 00:01:18 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-09-03T00:01:18-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 50a4d50e2b40b199a28c0a377aeb8308c1633ab592c566aebc9db53d1bda4ae2

[SHA512]: fd3c73cf292865cca46a90f175faa69b526e3c275afa7e13b8a866e5ecd1e9c096ef8e660cdce3cfdc478691dfd956e13459f9b5dc94d842538ba5cc022eb01c

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB